

## ELEIÇÕES

# “Self-service” presidencial

Em evento que reuniu investidores, Bolsonaro compara processo a um bufê, em que o cidadão é obrigado a escolher aquilo que está oferecido. E vence o “menos ruim”, disse. Ele voltou a acusar os pleitos de 2014 e de 2018 de terem sido fraudados

» TAÍSA MEDEIROS

Alan Santos/PR



Bolsonaro discursa em evento que reuniu investidores e seguiu o roteiro de ataques ao processo eleitoral

O presidente Jair Bolsonaro (PL) comparou, ontem, as eleições a um “self-service”, pois a população escolhe para representá-la o candidato “menos ruim”. Foi na abertura do 5º Fórum de Investimentos Brasil 2022, em São Paulo. O restante do discurso seguiu o roteiro habitual: ele criticou a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), voltou a lançar desconfianças sobre o processo de votação e defendeu suas pautas tradicionais — como a posse e o uso de armas de fogo.

Para Bolsonaro, às vezes é necessário que se escolha o candidato “menos ruim”. “Eleição para presidente, em especial, é um self-service, é o que tem na mesa. Não adianta pedir camarão se não tem camarão, quero um cordeiro se não tem cordeiro. É o que está na mesa”, exemplificou.

Em seguida, disparou: “Vamos escolher o melhor ou o menos ruim. E assim foi feito em 2018. Eu ganhei no primeiro turno”, voltou a dizer, apesar de jamais ter conseguido provar o que sempre afirmou.

Seguindo o roteiro de desacreditar permanentemente o processo eleitoral, voltou a questionar a lisura do sistema eletrônico de votação. Disse que não é obrigado a confiar no processo.

“Eu posso apresentar as falhas. Eu posso dizer como foi a eleição de 2014, que, no meu entendimento técnico, o Aécio (Nunes, então candidato do PSDB ao Palácio do Planalto) ganhou. Eu, técnico, com a documentação

que eu tenho do próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE), falar que eu ganhei no primeiro turno. Não posso falar isso? Vão cassar meu registro?”, indagou o presidente. Vale ressaltar que, em 2014, o PSDB contestou a reeleição da ex-presidente Dilma Rousseff, mas jamais conseguiu provar que houve alguma fraude.

O presidente assegurou à audiência que não está com medo da eleição. Reconheceu que “não leva jeito” para ser presidente da República e que “não tinha nada para estar aqui”. E voltou a dizer que cumpre uma espécie de missão divina, ao dizer que “a mão de Deus foi colocada sobre o Brasil” e, por isso, foi eleito.

“Não tinha nada para estar aqui, não levo jeito. Nasci para

ser militar. Fiquei 15 anos no Exército brasileiro. Entrei na política meio por acaso”, observou.

## Comissão

Ainda na sua campanha de desacreditar o processo eleitoral, Bolsonaro aproveitou para, novamente, comentar o convite feito pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) às Forças Armadas para que integrem uma comissão de transparência eleitoral montada pela Corte. Segundo o presidente, o “TSE não quer mais conversa”.

“As Forças Armadas descobrem mais de 500 vulnerabilidades. Apresentam uma dezena de sugestões e, aí, o TSE não quer mais conversa. Eleições são

para forças desarmadas”, disse, debochando da afirmação feita pelo ministro Edson Fachin, presidente do TSE.

Bolsonaro continuou atacando o sistema de urnas eletrônicas. “Quem vai contar esses votos? Quem garante que nós estamos tranquilos na questão eleitoral?”, indagou.

Na última segunda-feira, em resposta ao ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira — que assinou ofício remetido à Corte afirmando que os militares se sentem “desprestigiados” em relação à participação no sistema eleitoral —, o TSE mais uma vez esclareceu que é possível realizar uma contagem simultânea de votos utilizando os boletins dos tribunais regionais eleitorais (TREs).

## Aos leitores

## Uma intromissão nebulosa no BRB

Em primeiro lugar: o **Correio Braziliense** não foi vendido. E não está à venda. A fim de dissipar especulações e reiterar a credibilidade do veículo que nasceu junto com Brasília, convém prestar alguns esclarecimentos aos leitores e parceiros que nos acompanham ao longo dos últimos 62 anos.

Está em curso uma negociação entre o **Correio Braziliense** e o Banco de Brasília (BRB) envolvendo um dos vários imóveis do jornal.

Toda a negociação está em debate judicial, inclusive com decisões favoráveis ao **Correio Braziliense**.

Apesar das decisões favoráveis na Justiça, o **Correio** manteve a intenção de chegar a um bom termo com o banco. O jornal e o BRB estavam em tratativas finais para celebração de acordo judicial, que seria benéfico para ambas as partes. Esse entendimento teria condições de encerrar o debate judicial que dura mais de um ano.

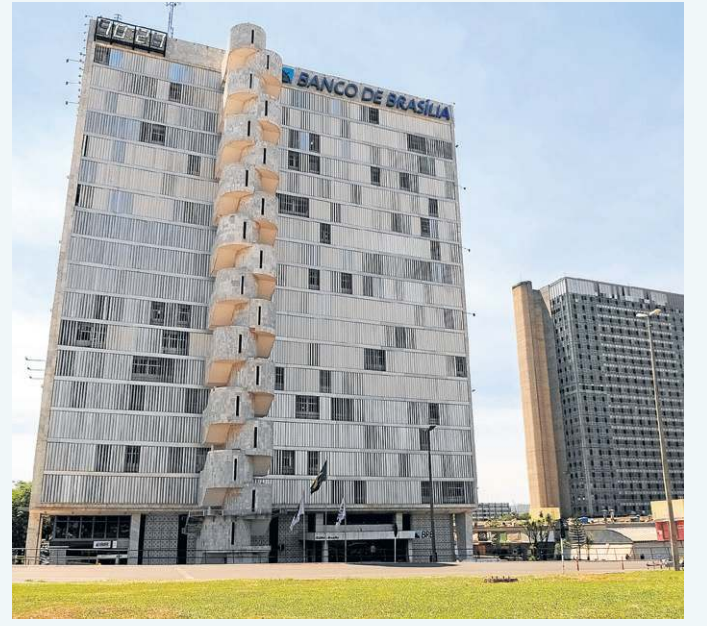
Causou espécie, entretanto, quando o **Correio**

recebeu a informação de que o presidente do BRB, Paulo Henrique Costa envolveu-se pessoalmente na nebulosa intromissão de Luiz Estevão de Oliveira na negociação entre o jornal e o banco. Ressalte-se que, até aqui, as tratativas sempre ocorreram considerando as manifestações do Poder Judiciário.

Proprietário do portal **Metrópoles**, Luiz Estevão contamina o diálogo entre o **Correio** e o BRB, em um movimento para obter vantagem na negociação. A interferência de Estevão ocorre por meio da empresa Casa Forte, cujo quadro societário é composto por dois filhos do empresário. Em nenhum momento, o **Correio Braziliense** recebeu qualquer notificação formal — seja do BRB, seja de terceiros — das intenções do empresário sobre o patrimônio do jornal.

Em respeito aos leitores, o **Correio Braziliense** reafirma o compromisso com a ética e a honestidade. E reitera: não está à venda.

Paulo H Carvalho/Agência Brasília



BRB abriu brecha para Luiz Estevão em negociação financeira

## CONGRESSO

## PEC contra o STF tem aval para ir em frente

Integrantes das bancadas evangélica e do agronegócio entraram no circuito para apoiar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que dá ao Congresso poder para derrubar decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Patrocinao pela cúpula do Centrão, o texto permite que deputados e senadores possam anular julgamentos que não tenham decisões por unanimidade dos ministros da Corte.

Mesmo após a repercussão negativa, as duas frentes assumiram intenção de bancar a tramitação

da PEC. Alegam que o texto tenta conter o que consideram ser “ativismo judiciário”, quando o Supremo julga temas que ainda não são consenso no Congresso, como a criminalização da homofobia.

A bancada ruralista tem 245 integrantes na Câmara e 39 no Senado. Já a frente parlamentar evangélica reúne 201 deputados e oito senadores. Defensores da proposta esperam que o apoio de representantes do agronegócio e evangélicos seja suficiente para alcançar as 171 assinaturas necessárias para fazer a

Paulo Sergio/Agência Câmara



Aliado de Arthur Lira, deputado Domingos Sávio é autor do texto

PEC andar na Câmara.

O texto tem recebido assinaturas, inicialmente, de parlamentares do PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, que tem feito críticas

constantes aos ministros do Supremo. “Assim como eles querem fazer constantemente com a gente, nós também queremos colocar um freio”, disse o vice-líder da

legenda na Câmara Bibo Nunes (PL-RS), que assinou a PEC apresentada pelo deputado Domingos Sávio (PL-MG), aliado do governo e do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL).

## Revogação

A proposta dá ao Congresso o poder de revogar julgamentos da mais alta Corte do país sempre que a decisão judicial não for unânime e houver uma alegada extrapolação dos “limites constitucionais”. Os julgamentos poderiam ser tomados pelos parlamentares por meio da aprovação de um projeto de decreto legislativo na Câmara e no Senado, proposta que hoje só tem força para derrubar atos do presidente.

Os ruralistas formam um dos grupos mais interessados na PEC — a cúpula da bancada evita se posicionar formalmente, mas liberou integrantes a endossarem a proposta. Entre os evangélicos, há críticas à atuação do Supremo na criminalização da homofobia, na autorização do aborto em caso de anencefalia e nas restrições durante a pandemia de covid-19, que atingiram igrejas.

Em nota, a diretoria da Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR) afirmou que “a PEC viola a cláusula pétreia da separação dos Poderes”. A juíza Renata Gil, presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), afirmou que o texto viola a independência e a harmonia entre os Poderes.



ALEXANDRE GARCIA

**CADA VEZ MAIS BRASILEIROS AGEM COMO CONSTITUCIONALISTAS, TORCEDORES DA CONSTITUIÇÃO, ACOMPANHADA COMO A SELEÇÃO DAS LEIS GARANTIDORAS DOS DIREITOS**

## Constituição esfaqueada

A primeira facada na Constituição foi desferida em 31 de agosto de 2016, quando foi cortado um pedaço do parágrafo único do art. 52, na condenação da ex-presidente Dilma Rousseff. Presidiam o julgamento o presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski e o senador Renan Calheiros (MDB-AL). Num arrazoado semelhante ao que mais tarde iria liberar Lula da Lava-Jato, os dois obtiveram 42 votos contra 36 para não inabilitar a condenada, como manda a Lei Maior. Já era o Senado se acumplicando. Na opinião pública, houve omissão silenciosa ao descumprimento claro da Constituição e isso encorajou novos cortes.

Em 14 de março de 2019, o pre-

sidente do Supremo, Dias Toffoli, por portaria, mandou abrir inquérito sobre agressões verbais à Corte, com base no Regimento Interno, como se fossem intimidações dentro das instalações da Casa, embora tivessem ocorrido nas redes sociais. E nomeou relator Alexandre de Moraes. Não houve iniciativa do Ministério Público, como manda o art. 127 da Carta.

Foram facadas nos artigos 5º e 220 da Constituição. Em consequência, censura e punições por crimes de opinião. Prisões arbitrárias, jornalistas jogados em presídio, assim como presidente de partido e até deputado federal — numa facada mortal na inviolabili-

dade por quaisquer palavras, estabelecida no art. 53, e o antológico flagrante continuado, inventado para retirar o deputado de seu asilo inviolável às 11 da noite.

Em fins de abril de 2020, Sergio Moro se demite do Ministério da Justiça e Segurança Pública e o segundo artigo da Constituição é esfaqueado. Sem ligar para a harmonia e independência dos poderes, o Supremo veta nomeação pelo presidente de um subordinado seu, o diretor da Polícia Federal, e ainda manda revelar o conteúdo de reunião ministerial feita a portas fechadas em que o presidente cobrava ministros, inclusive Moro. Celso de Mello chegou a requisitar o celular

do Presidente, no que recuou.

No mesmo ano, a pretexto da pandemia, aboliram-se cláusulas pétreas, só passíveis de alteração por uma constituinte. Os direitos de reunião, de ir e vir e de culto foram sublocados, pelo Supremo, ao arbítrio de prefeitos e governadores. Deixava de existir a garantia da ordem jurídica.

Em 15 de abril de 2021, por 8 x 3, o Supremo confirmava habeas corpus de Edson Fachin, declarando incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba para julgar Lula. Consagrava a impunidade, após ato semelhante em 4 de agosto de 2020, quando proibiu a polícia de atuar em regiões cariocas tomadas por tráfico, também sob o relato de Fachin. Crimes sem castigo, pagam os inocentes.

Agora, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da OEA,

interpela o Supremo sobre o que o ministro Marco Aurélio batizou de “Inquérito do Fim do Mundo” — na verdade, fim do Direito no Brasil. Não há como responder que o suposto ofendido é que investiga, denuncia, julga e executa, sem acesso dos autos aos advogados dos investigados. Parte da nação assiste em silenciosa aprovação. Essa omissão é mais preocupante que o ativismo dos que esfaqueiam a Lei Maior.

Mas há esperança. Como em Copa do Mundo, quando todos viramos técnicos, cada vez mais brasileiros agem como constitucionalistas, torcedores da Constituição, acompanhada como a seleção das leis garantidoras dos direitos. E observam a atuação de cada um dos 11 jogadores do Supremo em suas posições em campo. É dessa torcida que emana todo poder.